



Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Pacto Federativo

Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

- Setembro de 2010-



Peculiaridades do Brasil na implementação da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

1. Extensão geográfica “continental” do país + População de crianças e adolescentes + 5.565 municípios, sendo 75% com menos de 20 mil
2. Formulação e controle social da Política pelos Conselhos dos Direitos, com composição paritária e deliberativa
3. Coordenação da política nacional no âmbito dos direitos humanos, mas sem reatamento nos estados e municípios
4. Governo Federal coordena a política, mas não executa serviços
5. Implementação dos Planos Nacionais nos estados em diferentes órgãos
6. Pacto Federativo, com autonomia de estados e municípios



Marco situacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

1. Violência Sexual

- 1.200 pontos mapeados pela PRF
- DDN 100 com mais de 2 milhões de chamadas e 100 mil denúncias encaminhadas
- Em 2010 o DDN 100 já realizou um total de **101.550 atendimentos** e recebeu e encaminhou **19.453 denúncias** de todo o país.
- 37% denúncias da região NE, sendo 5,5% do estado da Paraíba
- Municípios: João Pessoa (116); Campina Grande (76); Santa Rita (22); Patos (12); Cabedelo e Sape (10); Itabaiana (8); Conde (7); Mamanguape e Queimadas (6); Cajazeiras (5)); Fagundes, Guarabira e Sousa (4)



Marco situacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

2. Adolescente em conflito com a Lei

- 60 mil adolescentes no sistema socioeducativo
- 17.856 mil com medida de privação de liberdade
- Redução nas taxas de internação: 2006/2007 - 7,18% ; 2007/ 2008 2,01%; 2008 / 2009 - 0,43%
- Paraíba entre os **10 estados com maior redução da internação** e grande **investimento em meio aberto**, co-financiamento federal: de 05 municípios (400 vagas) para 22 municípios (1. 320 vagas)
- Privados de liberdade: Internação: 223 (Masculino: 214 /Feminino: 09); Internação Provisória: 16 (Masculino – 16/ Feminino: 00); Semiliberdade: 08 (Masculino: 08/ Feminino: 00)



Marco situacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

3. Violência Letal

- 78% das mortes de jovens por causas externas; 42% delas são homicídios;
- **33 mil assassinados adolescentes (2006 – 2012) - 15 mil capitais (IHA);**
- **Homicídios correspondem a 45% das mortes nesta faixa etária**
- Perfil das vítimas: negros, pobres, moradores de favelas das grandes cidades
- Risco relativo: Homens 12 vezes; negros 2,6 vezes maior; armas de fogo 3 vezes maior;
- Paraíba - aumento da taxa de homicídios 14,7 para 26,3 (97 a 2007) passando de 19 para 16 lugar no ranking das UFs
- Homicídios na população 0 -19 anos – reposicionamento de 17 para 11 lugar.
- IHA estima 278 mortos em João Pessoa em 7 anos (2006 a 2012)



Pactuações na implementação da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes- 2003-2010

1. Programas: Programa de Enfrentamento da Violência Sexual, Prosinase, PPCAAM e SGD no âmbito da SNPDC/SDH/PR
2. Aumento substancial orçamento: 40 para 120 milhões
3. Constituição de três Comissões Intersetoriais: Sinase, Plano Nacional dos Direitos de Convivência Familiar e Comunitária e Enfrentamento da Violência Sexual
4. Criação de três novos fóruns:
 - Rede de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei (Defensorias, Centros de Defesa e Associações de Familiares)
 - Fórum de Justiça Juvenil (representantes dos Tribunais de Justiça e 3 Associações de Magistrados)

 - Rede Universitária, com mais de 70 núcleos acadêmicos



Pactuações na implementação da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes- 2003-2010

4. Agenda Social Criança e Adolescente, lançada pelo Presidente Lula em 2007, envolvendo compromissos de 14 ministérios no exercício 2007-2010
 - PPCAAM (2003): implantado em 11 unidades federativas, incluindo o Núcleo Federal no DF (retaguarda para os demais estados), com atendimento de mais de **4.500 pessoas**
 - Escola de Conselhos (2007): implantada em 21 estados e previsão de capacitação de mais de **32 mil conselheiros dos direitos e tutelares**, mais a parceria com FIOCRUZ em Ensino à Distância
 - PAIR (2003): implantado em **24 estados**, além da disseminação da metodologia em regiões da fronteira (PR e RS) do Mercosul em parceria com Uruguai, Argentina e Paraguai.
 - Centros de Formação do Sinase (2007): implantado em **22 estados**, com previsão de capacitação de aproximadamente **6.400 operadores**, mais a parceria com UnB para Matriz e Ensino à Distância, com oferta de **3.300 vagas**.
 - Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2007): portal lançado em 2009. Projeto Implantado em 12 (AM, AL, BA, PE, PI, PA, MG, RJ, GO/DF, PR, RS, MS) + 12 Observatórios Juvenis.



Ações da SPDCA em parceria com Estados 2003-2010

Áreas	UF com Convênios	UF sem Convênios
Escola de Conselho	AC, AL, AM, CE, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SE, SP, TO	AP, BA, DF, ES, PR, SC
Formação do SINASE	AM, AP, BA, CE, DF, ES, <u>GO</u> , MA, <u>MG</u> , MT, <u>MS</u> , PA, PB, PE, PI, <u>PR</u> , RJ, RN, RR, <u>RS</u> , SP, SE	AC, AL, PR, SC, TO
PAIR	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MT, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS e SP	SC, SE e TO
PPCAAM	AL, BA, DF, ES, MG, PA, PE, PR, RJ, RS e SP	* Núcleo Federal (retaguarda para demais)
Observatório Nacional	AM, AL, BA, GO/DF, MG, MS, PA, PE, PI, PR, RJ, RS	AC, AP, CE, MA, MT, RN, RR, RO, SE, TO



Propostas de novas pactuações

1. Descentralização da metodologia do Disque 100
2. Transferência da base de dados da Matriz Intersectorial de Enfrentamento da Violência Sexual
3. Descentralização da metodologia de avaliação do Índice de Homicídios na Adolescência
4. Constituição da Comissão Nacional para construção da Política de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes
5. Acompanhamento das Escolas de Conselho e Centros de Formação do Sinase
6. Instalação de Observatórios Estaduais
7. Co-financiamento das ações, com previsão nos PPAs
8. Construção das Políticas Estaduais e respectivos Planos Decenais
9. Realização do Observatório de Boas Práticas e Projetos Inovadores em Direitos da Criança e do Adolescente (Dezembro de 2010, Brasília)